



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
REQUERIMENTO Nº 13

(Do Sr. Vanderlei Macris e do Sr. Nilson Leitão)

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater a utilização dos Cartões de Crédito Corporativos pelos órgãos do Governo Federal.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 255 do RICD que, ouvida a Comissão, seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater a utilização dos Cartões de Crédito Corporativos pelos órgãos do Governo Federal.

Indicamos para debater o tema:

- Sr Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União;
- Representante do Contas Abertas;
- Representante do Tribunal de Contas da União.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do Cartão de Crédito Corporativo, em 2001, que a priori deveria atender à compra de bens e contratação de serviços específicos por membros do Governo Federal, foi ao longo dos anos se transformando em um instrumento de malversação de recursos públicos.



A farra indiscriminada e o abuso dos recursos foram amplamente divulgados pela mídia ao longo dos últimos anos. Tanto é que, em 2008, uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPMI foi instalada para investigar o caso.

O site ***Contas Abertas***, explicita esta situação em matéria publicada em maio do corrente ano, transcrita abaixo:

31/05/2013

Quase 50% dos gastos com cartão corporativo são secretos *Marina Dutra*
Do Contas Abertas

Até abril, R\$ 15,2 milhões foram pagos com o Cartão de Pagamento do Governo Federal, o chamado Cartão Corporativo. Do total pago por meio dessa ferramenta, 48%, o equivalente a R\$ 7,3 milhões, foram de maneira sigilosa. Essas informações são protegidas por sigilo, nos termos da legislação, para garantia da segurança da sociedade e do Estado.

Confira [aqui](#) os gastos por órgão.

No mesmo período do ano passado, o valor pago com os cartões foi maior do que o desembolsado em 2013. Em 2012, foram gastos R\$ 15,5 milhões por meio do cartão corporativo nos quatro primeiros meses do ano. Do total, R\$ 7,4 milhões correspondiam a gastos secretos, ou seja, 47,7% dos dispêndios.

Neste exercício, a Presidência da República lidera os pagamentos com cartões corporativos e também os gastos secretos. Já foram pagos R\$ 4,8 milhões com os cartões da Pasta. Do total, 95% correspondem a dispêndios sigilosos.

Dentro do órgão, a Agência Brasileira de Inteligência lidera os desembolsos. Mais de R\$ 2,5 milhões foram pagos pela entidade em gastos sigilosos. Logo atrás vem a Secretaria de Administração da Presidência, com R\$ 1,9 milhão desembolsado com o cartão, também em compras secretas. A Empresa Brasil de Comunicação é a terceira entidade que mais utilizou o benefício dentro da Presidência, com R\$ 185 mil pagos com os cartões.

O Ministério da Justiça, por sua vez, desembolsou R\$ 2,5 milhões com o “dinheiro de plástico” do governo, sendo que 97% (R\$ 2,48 milhões) foram empregados em gastos sigilosos. Do valor, R\$ 1,3 milhão foi gasto pelo Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades- Fim da Polícia Federal (Fenapol). Outro R\$ 1,1 milhão foi liquidado pelo Departamento de Polícia Federal.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão gastou R\$ 1,7 milhão com os cartões até abril. Em terceiro lugar no ranking dos órgãos que mais



utilizaram o benefício, o ministério não fez nenhuma compra secreta. Dentro da rubrica, foi a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quem mais gastou – R\$ 1,6 milhão. O restante foi desembolsado pelo Ministério do Orçamento e Gestão.

Confira [aqui](#) os gastos sigilosos por órgão.

Funcionária do Ministério da Defesa gastou R\$ 57,7 mil

Entre os portadores, quem mais gastou foi uma servidora do Centro de Intendência da Marinha em Manaus, unidade gestora do Ministério da Defesa. A funcionária desembolsou R\$ 57,7 mil para o pagamento de agências de turismo na Amazônia.

Um funcionário da Unidade Estadual do IBGE no Amazonas, vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, desembolsou R\$ 35 mil com o cartão entre janeiro e abril. O valor corresponde a saques realizados pelo servidor. A prática tem a finalidade de permitir pagamentos quando o cartão é inviável, como, por exemplo, na contratação de uma pequena embarcação para deslocamento na Amazônia. O saque para o pagamento das despesas enquadradas como suprimento de fundos, entretanto, deve ser justificado pelo usuário, que indicará os motivos da não utilização do cartão corporativo.

Em terceiro lugar no ranking dos maiores dispêndios com o cartão, encontra-se uma funcionária do Distrito Sanitário Especial Indígena de Pernambuco, entidade ligada ao Ministério da Saúde. A servidora pagou R\$ 31,6 mil em farmácias populares e empresas de transporte.

Como funciona

O Cartão de Pagamento do Governo Federal é um meio de pagamento que proporciona à administração pública mais agilidade, controle e modernidade na gestão de recursos. Os cartões podem ser utilizados para o pagamento de despesas enquadradas como Suprimento de Fundos e somente podem ser realizadas nas seguintes condições: pagamento às agências de viagem previamente licitadas; pagamento de diária de viagem a servidor e outras despesas que venham a ser regulamentadas.

Além disso, em viagens nacionais, os cartões de pagamento podem ser utilizados em serviços especiais que exijam pronto pagamento e que não estejam cobertos pelas diárias recebidas, como por exemplo, passagens de ônibus ou de outros meios de transporte coletivo, locação de veículo, estacionamento, combustíveis etc.

No entanto, todas as despesas relativas à alimentação, hospedagem e transporte, inclusive para Ministros de Estado, não podem ser quitadas com o cartão corporativo, visto que tais gastos já são cobertos por diárias ou custeados por outras entidades, conforme especificado no ato de autorização de afastamento do país.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em agosto a coluna do **Cláudio Humberto** publicou matéria, na qual afirma que o governo federal, somente em 2013, já devorou 26 milhões com despesas pagas com cartões corporativos. Vejamos:

terça-feira, agosto 20, 2013

COLUNA DE CLAUDIO HUMBERTO

“Tudo com nome francês, inglês e russo vai sair do cardápio”
Cid Gomes (PSB), governador do Ceará desistindo de quitutes com dinheiro público

CARTÕES CORPORATIVOS JÁ DEVORARAM R\$ 26 MILHÕES

As despesas do governo Dilma Rousseff com cartões corporativos, em 2013, já chegaram a R\$ 26 milhões até o fim de julho. A Presidência da República é a campeã de gastos, com R\$ 7,7 milhões, mais que o dobro do segundo lugar, o Ministério da Justiça. Tudo “protegido por sigilo”, sob alegação de “garantir segurança da sociedade e do Estado”, segundo regra criada pelo ex-presidente Lula para não explicar gastos.

DESPESA MENSAL

Só no mês de julho, o governo torrou quase R\$ 5 milhões com os cartões. Em junho, o total da conta já somava R\$ 21 milhões.

BEM LONGE

Somados, os ministérios da Previdência Social, Cidades, Cultura, Comunicações e Pesca gastaram R\$ 325 mil com cartões em 2013.

PRIORIDADES

A Agência Brasileira de Inteligência usou cartões públicos para detonar R\$ 4,2 milhões. A Secretaria de Aviação Civil gastou apenas 444 reais.

(...)

http://avaranda.blogspot.com.br/2013/08/coluna-de-claudio-humberto_20.html

É inadmissível que um volume significativo de recursos públicos se encontre injustificadamente protegido por sigilo. A alegação de garantir segurança à sociedade e ao Estado não pode servir de amparo para o uso indevido e indiscriminado dos cartões corporativos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Dessa forma a responsabilidade fiscalizatória institucional desta Casa impõe que seja promovido um amplo debate objetivando esclarecer os fatos e garantir a regularidade da aplicação dos recursos federais. Ressalta-se que a matéria não dispõe de norma regulamentar o que por si só já é suficiente para demonstrar a fragilidade e a insegurança jurídica que resta lastreada. É imprescindível discutir a utilização desse mecanismo para permitir maior transparência e maior controle por parte dos órgãos de fiscalização.

Assim, espero contar com o apoio dos pares para a aprovação do referido requerimento.

Sala da Comissão, em de agosto de 2013.

Dep. Vanderlei Macris
PSDB/SP

Dep. Nilson Leitão
PSDB/MT